



nas pessoas uma causa

Relatório e Contas

2016

INDÍCE

I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES	3
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	30
III. ANEXO	36
IV. PARECER DO CONSELHO FISCAL	61



nas pessoas uma causa

Relatório de Atividades

2016

Introdução

Implantado em Portugal há quase 40 anos, numa quinta adquirida para o efeito em Fanhões – Loures em 1978, constitui-se legalmente em 1981. O Desafio Jovem é uma Associação de solidariedade social registada definitivamente como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sob o nº 14/90 e é também reconhecida como Instituição com fins de saúde. É Tutelada pelo Ministério da Saúde, através do SICAD – Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências e reconhecida oficialmente pelos Ministérios do Trabalho, da Solidariedade Social e da Justiça. Tem a sua sede na Rua Catarina Eufémia, 43 - Fanhões – Loures.

Os seus objetivos visam a prevenção, reabilitação e inserção de pessoas em situação de dependência.

Para o efeito, possui um conjunto de respostas integradas, nomeadamente, intervenção direta em contexto de rua, uma rede de postos de atendimento e de 1º contacto, prevenção em meio escolar e contextos de vulnerabilidade social, uma comunidade terapêutica para pessoas do sexo masculino e uma para pessoas de ambos os sexos, uma comunidade de inserção e apartamentos de reinserção social.

No âmbito das suas competências, a Direção Executiva da Instituição, definiu a sua declaração de Missão, Visão e os Valores base que deverão nortear cada cooperador e voluntário do Desafio Jovem, a saber:

Missão

Cativar e promover a pessoa em situação de dependência para a reconstrução de uma vida sóbria, livre e condigna, tendo os valores cristãos como padrão.

Visão

Ser uma organização de referência no cuidado de pessoas com problemas de dependência tendo em vista a sua autonomia.

Valores

- ❖ Compaixão – Estar sensíveis à realidade do outro e comprometidos com o seu bem;
- ❖ Comunhão – promover e cultivar uma dinâmica relacional de inspiração e partilha;

- ❖ Fé e Esperança – Agir hoje, construindo um futuro melhor, porque em Deus tudo é possível.
- ❖ Serviço – Estar disponíveis para trabalhar com empenho e excelência de acordo com os recursos existentes
- ❖ Integridade – Ser a expressão fiel dos valores em que acreditamos
- ❖ Perseverança – Não desistir do outro facilmente
- ❖ Excelência – Elevar o que fazemos ao nível superior, assegurando a sustentabilidade.

O ano de 2016 caracterizou-se pela continuação das medidas de restrição económica e financeira no nosso país, com todas as consequências socioeconómicas a elas inerentes, e que são sentidas de modo particular numa Instituição como o Desafio Jovem. Permaneceram as necessidades de contenção financeira que nos continuam a levar a repensar modos de intervir, a procurar alternativas financeiras, tudo isto, sem nunca perder de vista a nossa missão – “nas pessoas uma causa”. Mesmo considerando os inúmeros desafios, dificuldades e novas tarefas a desempenhar, foi-nos possível efetivar o Plano de Atividades proposto, através do trabalho e esforço de todos os cooperadores e voluntários da Instituição.

Reportando-nos ao ano 2016, procurámos com o presente Relatório de Atividades, expressar as especificidades e particularidades de cada uma das áreas de intervenção desta Instituição, abrangendo as diversas respostas sociais, não só apontando as atividades desenvolvidas, mas também, abordando a concretização dos respetivos objetivos.

Prevenção

Ações Educativas

No decorrer do ano 2016, o Departamento de Prevenções, através da sua equipa interdisciplinar constituída por professores e voluntários, desenvolveu as seguintes atividades:

Colóquios/Formação

Durante este ano, apresentámos o nosso colóquio de noventa minutos nos seguintes locais:

- ❖ Agrupamento de Escolas Alcaldes de Faria, em Barcelos, abordando o tema: "Comportamentos de Risco" para 280 alunos.
- ❖ Agrupamento de Escolas Reynaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, abordando o tema: "Comportamentos de Risco" para 60 alunos.

Visitas de estudo

Recebemos a visita de diversos grupos nas diferentes Comunidades, os quais, para além de visitarem as nossas instalações, tiveram a oportunidade conhecer a rotina dos residentes em fase de inserção e ouvir o testemunho de alguns residentes, em recuperação ou recuperados das toxicodependências, podendo ainda colocar-lhes questões, ou esclarecer dúvidas com técnicos da instituição.

Ao longo do ano, os residentes do programa e respetivos monitores, visitaram diversas Igrejas do país onde foi possível darem testemunho e apresentar o trabalho desenvolvido pela instituição.

Acompanhamento e encaminhamento

• Equipa de voluntariado

À semelhança dos anos anteriores, a equipa de voluntariado do Desafio Jovem, denominada Operação Josué, deu apoio nas diversas comunidades da instituição, em especial na Comunidade de Inserção, em serviços e trabalhos práticos, sempre que para tal foram solicitados. Participou em atividades de prevenção e diversas atividades de alcance: nas Equipas de Rua de Intervenção Direta no Casal Ventoso, Bº da Cruz Vermelha e outros locais da Grande Lisboa, nos Cafés Convívio, e em Estabelecimentos Prisionais.

Como forma de divulgação da instituição e angariação de fundos, esta equipa tem exposto trabalhos artesanais, por si criados, em diversas feiras, feiras sociais e eventos na zona da Grande Lisboa.

• Equipas de Rua de Intervenção Direta

O trabalho realizado pelas Equipas de Rua de Intervenção Direta, registou durante este ano algumas alterações e ajustes, procurando desta forma, acompanhar as migrações dos utentes que são acompanhados na cidade de Lisboa. Assim, manteve-se a intervenção regular de 3ª a 6ª feira, nas zonas do Casal Ventoso, Lumiar, Cruz Vermelha e Xabregas e iniciou-se na zona das Orlais. Manteve-se a intervenção no Bairro 6 de Maio, na zona da Amadora, a funcionar às 4ªs e 5ªs feiras.

Esta equipa tem como objetivo a motivação e encaminhamento para tratamento. Presta apoio psicossocial, faz distribuição de alimentos e de vestuário, sendo a sua ação complementada pela intervenção da equipa do Café Convívio - Marques da Silva, às 3ªs e 6ªs, através da qual são efetuadas as admissões para Comunidade Terapêutica.

Durante este ano a equipa acompanhou diversas: na zona do Lumiar 242, na Cruz Vermelha 56, no Casal Ventoso 264, nas Orlais 25, em Xabregas 188 e no Bairro 6 de Maio 77.



Em paralelo, o Desafio Jovem retomou de forma mais regular a participação no Perto LX, um projeto promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e em parceria com as entidades que, na cidade de Lisboa e através de Equipa de Rua, intervêm diretamente com a população toxicodependente.

Assim, e com os principais objetivos de melhorar o conhecimento do fenómeno da toxicod dependência na cidade, e de promover a discussão de casos e a partilha de informações entre as diversas entidades que atuam em Lisboa, o Perto LX promove reuniões periódicas entre os parceiros e faz a monitorização da intervenção desenvolvida por estes através de uma base de dados, mensalmente atualizada.

Cafés Convívio

Durante o ano 2016, foram visitados e visitaram o Desafio Jovem, algumas equipas de Cafés Convívio e Pontos de Contacto de diversas partes do país, com o objetivo de participarem em reuniões de supervisão e formação, nomeadamente Portimão, Porto (2 pontos de contacto), Setúbal, Fogueteiro e Coimbra.

À semelhança de anos anteriores, para além de Cafés-Convívio, existiram locais do país onde, apesar de não haver uma estrutura instalada (equipa e espaço próprio para atender os utentes), as pessoas foram apoiadas, acompanhadas e encaminhadas por forma a dar entrada nas nossas Comunidades Terapêuticas. Esta é a missão e tarefa dos denominados - Pontos de Contacto.

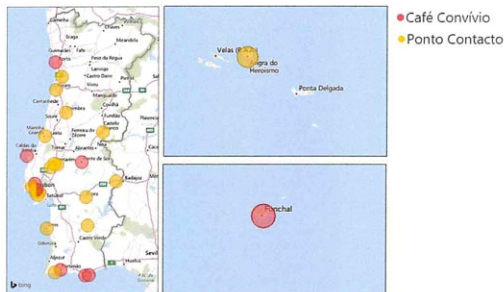
Deste modo, a rede de Cafés-Convívio e Pontos de Contacto está distribuída da seguinte forma:

- **Cafés-Convívio**

Benfica, Loures, Chelas, Faro, Laranjeiras (Lisboa), Marques da Silva (Lisboa-DJ), Olhão, Peniche, Ponte de Sôr, Portimão, Porto, Madeira.

- **Pontos de Contacto**

Aveiro, Almeirim, Algés, Açores, Benfica (Nova Aliança), Beja, Buraca, Carenque, Castelo Branco, Cova da Piedade, Coimbra, Cucujães, Damaia, Fogueteiro, Lagos, Marinha Grande, Santarém, Sines, Cartaxo, Évora, Barreiro e Elvas.



Estabelecimentos Prisionais

Continuaram a realizar-se, no ano 2016, as reuniões semanais (5^{as} feiras) de treinamento de competências (através do currículo "Ponto de Viragem") e acompanhamento a cerca de 45 reclusos, por mês, no Estabelecimento Prisional (E.P.) de Lisboa. Também se manteve, de forma regular, a intervenção nos E.P. de Alcoentre e Caxias. Assim, às 2^{as} feiras no E.P. de Caxias, Reduto Sul, realiza-se um grupo com uma média de 9 reclusos, às 4^{as} outro grupo, no Reduto Norte, com cerca de 13 reclusos. No E.P. de Alcoentre é feito o acompanhamento às 6^{as} feiras a um grupo de 10 reclusos.

Estabelecimento	Ação	Utentes	Periodicidade
E.P. Lisboa	Ponto de Viragem	45 (mês)	semanal
E.P. de Alcoentre	Ponto de Viragem	10 (mês)	semanal
E.P. de Caxias	Ponto de Viragem	22 (mês)	semanal

Como resultado do trabalho em meio prisional, foram proporcionadas por esta Instituição, as condições necessárias e suficientes, para que 7 reclusos em processo de admissão para o programa terapêutico ou de inserção, vissem autorizadas pela tutela, saídas jurisdicionais.

É de realçar que neste ano, no decurso desta intervenção 6 pessoas foram admitidas no Desafio Jovem tanto no programa terapêutico, como no programa de inserção.

Manteve-se ainda, no âmbito desta atividade, o trabalho de acompanhamento por correspondência, sendo apoiados de forma regular 14 reclusos de vários Estabelecimentos Prisionais, 6 pessoas já em liberdade e 2 famílias de reclusos.

Tratamento

Utentes



De um total de 83 utentes, abrangidos pela intervenção das Comunidades Terapêuticas (Salvaterra de Magos e Cucujães), 27 transitaram do ano anterior e 56 foram admitidos durante o decorrer deste ano. Da população total abrangida, 78 indivíduos eram do sexo masculino e 5 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 63 anos, sendo que a média de idades se situou nos 43 anos.



Do universo de utentes apoiados, e relativamente ao seu estado civil, salientamos que apenas 18% é casado ou vive maritalmente, sendo que 51% são solteiros, 29% separados ou divorciados e 2% são viúvos. Também registámos que 33 utentes se apresentavam na condição de sem-abrigo, na altura da sua admissão.

Um outro aspeto a realçar é o longo percurso de consumos abusivos de substâncias psicoativas, mais de 15 anos que 84% dos utentes apresenta e destes 56% é consumidor há mais de 30 anos. Também é de sublinhar que 46% dos nossos utentes apresentavam, no momento da sua admissão, o álcool como a principal substância de consumo, seguindo-se 34% com consumos principais de heroína.

Relativamente às habilitações literárias destes utentes, é de referir que a grande maioria (82%) possui escolaridade ao nível do Ensino Básico: 1º ciclo - 18 pessoas; 2º ciclo - 15 pessoas; 3º ciclo - 35 pessoas; 13 Utentes possuem nível de ensino secundário e 2 grau universitário. Do universo dos utentes admitidos, aproximadamente 99% possuíam experiência profissional (ainda que em algumas situações de pouca duração), mas cerca de 73% dos casos

encontravam-se em situação de desemprego, a maioria dos quais (52 pessoas) de longa duração. Dos restantes, 4 utentes têm trabalhos estáveis, 9 são reformados, 4 têm trabalhos ocasionais e 4 são estudantes.

Este ano as admissões

ocorreram: 41% por solicitação de Cafés Convívio e Pontos de

Contacto de todo o



país, enquanto os restantes foram admitidos por encaminhamento das Equipas de Tratamento (12), Equipa de Rua (3), Instâncias Judiciais (3), de outras Associações (3), ou até contato direto (12) com o Desafio Jovem. Em todos estes casos estavam reunidos todos os requisitos para admissão nesta resposta, conforme os respetivos Regulamentos Internos em vigor.

Relativamente às saídas verificadas em Comunidade Terapêutica, durante este ano, dos 49 utentes que saíram, cerca de 31% concluíram com sucesso o programa terapêutico (sendo que 11 destes utentes foram admitidos na Comunidade de Inserção após a alta clínica) e 69% saíram antes do tempo de tratamento inicialmente previsto, por motivos de abandono, expulsão, ou, em 1 situação, por internamento em unidade de saúde.



Os principais encaminhamentos distribuíram-se da seguinte forma:

- **Centro de Emprego:** como forma de facilitar o seu processo de integração/ reintegração em meio laboral, pilar fundamental na sua integração.
- **Comunidade de Inserção:** com o objetivo específico de, em situações de exclusão social, consolidar e desenvolver a sua autonomização social, com apoio técnico especializado.

- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras: encaminhamentos efetuados em situações pontuais e para utentes imigrantes que ainda se encontravam indocumentados ou em situação irregular no território nacional.

- Unidades de Saúde: inscrição em Centro de Saúde da área (quando ainda não existe) e em situações de utentes com diagnósticos positivos em doenças infecciosas acompanhamento dos mesmos a consultas regulares da especialidade em unidade hospitalar.

- Instituto de Solidariedade e Segurança Social: para efeitos de subsídios específicos, em casos que se avaliou ser necessário.

- Família: ascendentes e irmãos, família constituída antes do internamento ou família constituída após a alta.

- Comunidade: designadamente comunidades evangélicas locais, nossas parceiras informais, com o objetivo de facilitar a reconstrução e/ou construção de relações apropriadas com o exterior dos nossos utentes.

- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais: para as situações em que os utentes estão a ser acompanhados por esta instância judicial, por questões judiciais.

O acompanhamento prestado às famílias, verificou-se eficaz sempre que as mesmas se revelaram colaborantes quanto às iniciativas propostas: visitas, devidamente planeadas, ao utente na Comunidade Terapêutica a partir da 2ª fase do programa, terapia familiar, aconselhamento, participação em diversas atividades organizadas pela Instituição.

Recursos Humanos

O quadro de recursos humanos afetos à área do tratamento é composto pelos seguintes elementos:

- ❖ Psicólogos
- ❖ Assistentes Sociais
- ❖ Médicos de Clínica Geral
- ❖ Psiquiatra
- ❖ Diretores de Comunidade
- ❖ Monitores/Conselheiros
- ❖ Administrativos
- ❖ Cozinheiras
- ❖ Lavadeiras
- ❖ Pessoal Não Especializado

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H' and several smaller initials.

Parcerias

A principal parceria formal estabelecida, é com o SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências, através de convenções celebradas para as Comunidades Residenciais de Estada Prolongada e cujos contributos se revelam ao nível de:



- ❖ Processamento da admissão de utentes;
- ❖ Participação nos encargos financeiros;
- ❖ Tratamento estatístico de dados.

Informalmente, contaram-se ainda com as parcerias estabelecidas com diversas comunidades, evangélicas ou não, locais, que integraram os nossos utentes objetivando alicerçar a sua inserção na sociedade.

No que respeita à sua sustentação económica, importa relevar os apoios, de géneros alimentares e outros, efetivados regularmente por parceiros como Modelo-Continente Hipermercados, SA; Pingo-Doce - Distribuição Alimentar SA; Cargil e de forma pontual outras empresas.

Atividades

No ano 2016 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- ❖ Acolhimento, alimentação e cuidados de higiene.
- ❖ Rotinas diárias de Comunidade, desempenhadas pelos utentes e equipa de trabalho.
- ❖ Aconselhamento individual, efetuado pelos monitores/ conselheiros;
- ❖ Atividades psicoterapêuticas compostas por atendimentos psicológicos, psiquiátricos e médicos efetuados pelo Corpo Técnico da Instituição;
- ❖ Atividades psicoeducativas, nomeadamente, sobre tabagismo e alcoolismo e dinâmicas de grupo e treino de competências emocionais;
- ❖ Atividades Académicas, com aplicação do currículo específico para a população em reabilitação "Saber Viver";
- ❖ Estudos individuais;
- ❖ Aulas de Português;
- ❖ Atividades ocupacionais, de cariz profissionalizante, nas áreas de Carpintaria, Padaria e Serralharia.

- ❖ Piquenique em que participam os utentes e suas famílias, ex-utentes e colaboradores dos Cafés Convívio e Pontos de Contactos;
- ❖ Reuniões diárias/semanais de reflexão;
- ❖ Atividades de Lazer e Desporto (ginásio, futebol, visualização de filmes e jogos de futebol, jogos diversos);
- ❖ Reuniões mensais, em que são convidados os familiares e membros da rede de suporte dos utentes em programa;
- ❖ Retiro nacional de alunos.

Em consonância com os objetivos da Instituição - proporcionar um programa de reabilitação, com internamento em comunidade terapêutica, desmedicalizado, seguindo o método praticado pelo Teen Challenge Internacional e modelo bio-psico-social e espiritual – foram realizadas todas as atividades previstas.

Dificuldades sentidas

A conjuntura socioeconómica e as políticas em vigor, têm propiciado um contexto de desresponsabilização individual, com reflexo na desmobilização em interromper ciclos de vida autodestrutivos. Acentuam-se assim, as naturais dificuldades em motivar indivíduos para aderirem a um programa de reabilitação, em que a abstinência é o fim último. A diversidade de oferta de intervenções e programas alternativos à abstinência, aumenta o número de indivíduos conformados, que se mantêm pouco ou nada permeáveis ao desafio de inverter o seu modo de viver, mantendo um ciclo de vida dependente com custos bem mais onerosos para o erário público.

No que diz respeito às parcerias com o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências houve, ao longo do ano, uma boa articulação com as diversas Equipas de Tratamento (que têm a função de emitir as propostas de admissão), embora em algumas situações se mantenha a burocracia e a morosidade da emissão de termos de responsabilidade, em especial em algumas zonas do país, que atrasa a admissão dos utentes.

Salientamos, igualmente, as dificuldades apresentadas, pela maioria dos nossos utentes, em pagar a comparticipação mensal que lhes é devida (de 180€) e possuir algum dinheiro de bolso para gastos pessoais. Destes, um número cada vez mais significativo é acolhido nas comunidades terapêuticas sem qualquer rede de suporte familiar, que lhes permita fazer face a essas despesas e quando recorrem aos serviços de apoio da Segurança Social são informados que não existem verbas disponíveis para estas situações.

Ainda assim, decidiui a Direção da Instituição manter a admissão destas pessoas, ainda que impossibilitados de pagar a sua mensalidade. Nestes casos todas as despesas, com produtos

de higiene, medicamentos e deslocações a hospitais, tribunais, etc., são suportadas pela Instituição com grande esforço e agravamento da sua situação financeira.

Realçamos ainda, a crescente dificuldade sentida no encaminhamento e inserção de muitos dos nossos utentes, em particular os que não possuem qualquer rede de suporte familiar e social, tem poucas qualificações, são de idades mais avançadas e apresentam condições de saúde física e psicológica muito degradadas. Esta situação é agravada dada a inexistência, no nosso país, de respostas apropriadas para este tipo de pessoas que, embora não tenham idade para integração em Lar Residencial, se encontram em situações de grande fragilidade e precariedade socioeconómica sem qualquer estruturas que lhes sirva de apoio ou retaguarda. Importa ainda sublinhar, o aumento do número de pessoas com estas características, que procuram a ajuda do Desafio Jovem acentuando assim, as dificuldades sentidas.

Avaliação geral

Decorridos mais de 38 anos de funcionamento e conseqüente experiência acumulada com o trabalho em Comunidade Terapêutica, e considerando a Missão, Visão e Valores do Desafio Jovem, mantemos a convicção da indispensabilidade deste tipo de resposta de tratamento e inserção de pessoas em situação de dependência, com resultados visíveis quer nas pessoas quer no impacto social que a intervenção em Comunidade produz. O índice de altas não programadas, a conjuntura socioeconómica do país, as enormes dificuldades económicas sentidas como consequência da taxa de ocupação, não beliscam a pertinência e validade do trabalho desenvolvido em comunidade, constituindo-se este, ainda, uma excelente forma de transformar crónicos beneficiários em contribuintes ativos.

Desta forma, as equipas de trabalho, de cada Comunidade Terapêutica, os voluntários, bem como a sua administração, permanecem empenhadas e comprometidas em ajudar cada indivíduo que integra o programa terapêutico no Desafio Jovem.

Outras Considerações

Durante o ano de 2016, procurou-se consolidar algumas intervenções terapêuticas, anteriormente introduzidas, nomeadamente o Programa de Cessação Tabágica e o Programa de Metadona em Comunidade Terapêutica, tendo em vista amenizar as barreiras motivacionais sentidas pelas pessoas que consideram aderir e cumprir um programa terapêutico com as características do nosso.

Mantém-se a obrigatoriedade, imposta pela entidade que nos tutela, de alcançar as seguintes metas:

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including "HA", "ep", and "10/12/16".

- ❖ Preenchimento e envio mensal de questionários individuais;
- ❖ A proporção anual das altas clínicas terá de ser igual ou superior a 36 % das saídas;
- ❖ No final do ano civil, responder a questionários individuais de avaliação de pelo menos 90% das altas clínicas e de 40% das altas não clínicas dos que saíram nesse ano.
- ❖ Responder a questionários individuais de avaliação ao fim de três anos de pelo menos 75% dos utentes com alta clínica e de 35% dos utentes sem alta clínica.
- ❖ O sucesso do final do ano dos utentes com alta clínica define-se considerando a integração profissional/formação, em 65% dos casos (ou mais) e abstinência das substâncias que motivaram o internamento em 75% dos casos (ou mais);
- ❖ O sucesso no final de três anos dos utentes com alta clínica define-se considerando a integração profissional/formação, em 65% dos casos (ou mais) e abstinência das substâncias que motivaram o internamento em 70% dos casos (ou mais).

Inserção

Comunidade de Inserção em Fanhões

• Utentes



No âmbito da intervenção na Comunidade de Inserção de Fanhões, residiram durante este ano um total de 51 utentes. Deste universo, 22 transitaram do ano anterior e 29 foram admitidos no decorrer do ano, dos quais, apenas 5 eram do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Com idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos a sua média etária situou-se nos 40 anos.

Com relação às habilitações literárias destes utentes, é de referir que a grande maioria possui escolaridade que se situa ao nível do Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos), sendo que apenas 14% possuem escolaridade de nível Secundário, tendo-se registado 1 utente com frequência de Ensino Superior e 2 com Grau Universitário.

Dos utentes apoiados e no que à situação profissional diz respeito, pudemos encontrar 3 estudantes e 3 reformados. Os restantes 45 possuíam experiência profissional, mas em 87% dos casos, encontravam-se em situação de desemprego prolongado (superior a 1 ano).

Dos utentes admitidos, 11 foram-no por solicitação das Comunidades Terapêuticas do Desafio Jovem, especificamente



para os utentes que concluíram com sucesso o respetivo Programa de Reabilitação e que também reuniam os requisitos para admissão neste equipamento e de acordo com os respetivos Regulamentos Internos.

Os restantes utentes foram admitidos por solicitação/ encaminhamento:

- ❖ Direta dos próprios ou de familiares: 5 situações;
- ❖ Dos diversos café-convívio e pontos de contacto: 5 situações;
- ❖ De diversas IPSS's: 5;
- ❖ Da Segurança Social: 1;
- ❖ Do trabalho efetuado em Estabelecimentos Prisionais: 2 situações.

Relativamente às saídas verificadas da Comunidade de Inserção, dos 28 utentes que tiveram alta, 16 saíram não concluindo o projeto de inserção previamente delineado pelo próprio e respetiva equipa técnica, sendo que 13 utentes abandonaram o programa, 2 foram expulsos e 1 foi integrado em Unidade Hospitalar por motivos de saúde. Os restantes 12 utentes prosseguiram o seu processo de autonomização, após alta programada da Comunidade de Inserção, em diferentes contextos: 5 foram novamente integrados na família, 4 foram residir em habitação própria, 3 foram ainda residir em Apartamentos de Reinserção Social.



• **Os principais encaminhamentos foram para as seguintes entidades:**

Centro de Emprego e Formação Profissional: a maioria dos utentes foi encaminhada para esta entidade, com dois objetivos: como forma de facilitar o seu processo de integração/reintegração em meio laboral, pilar fundamental na sua integração e, também, para formação profissional, para obtenção de maior qualificação profissional através dos cursos de formação organizados por esta entidade.

Apartamento de Reinserção: após inserção em meio laboral, 4 utentes foram integrados nestes equipamentos, com o objetivo específico de consolidar e desenvolver a sua autonomização social.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras: encaminhamentos efetuados em 4 situações para utentes imigrantes que ainda se encontravam indocumentados ou em situação irregular no território. Foram ainda neste âmbito efetuadas, juntamente com os utentes, diversas diligências para ajudar a recolher documentação a apresentar junto do SEF, nomeadamente junto de Associações que, no terreno dão apoio a imigrantes em situação documental irregular.

Unidades de Saúde: inscrição de todos os utentes em Centro de Saúde da área e em situações de utentes com diagnósticos positivos em doenças infecciosas, encaminhamento e garantia de seguimento regular em consultas da especialidade em unidade hospitalar.

Entidades Empregadoras: após contacto direto da equipa da Comunidade de Inserção foram integrados em meio laboral 10 utentes, 3 ao abrigo do programa Vida- Emprego, o que é um número significativo de utentes abrangidos por esta medida de apoio à inserção.

Comunidade local: a totalidade dos utentes foi encaminhada para comunidades evangélicas locais, nossas parceiras informais, com o objetivo de lhes facilitar a reconstrução e/ou construção de relações de proximidade apropriadas com o exterior. Temos constatado através da experiência adquirida no terreno, que as mesmas funcionam em muitas situações, como a única rede de suporte social, sendo alguns dos seus membros elementos fundamentais e de referência no processo de integração social dos nossos utentes.

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais: para as situações em que os utentes estão a ser acompanhados por esta instância judicial, por questões judiciais.

No que diz respeito à inserção sociocomunitária dos utentes integrados nesta resposta, importa referir a vital importância que, no nosso entender, desempenham as comunidades evangélicas locais quanto à diversidade de atividades disponíveis, em que os mesmos são motivados a participar. As atividades podem passar por saídas organizadas para grupos específicos, concertos, jantares, festas (atividades pontuais), passando por reuniões e pequenos grupos de reflexão e partilha semanais incluindo a sua participação em trabalho social. Estas comunidades funcionam como a rede de suporte para muitos dos nossos utentes, em especial os que se encontram em situação de isolamento social.

O primeiro ponto a destacar na caracterização sociofamiliar dos nossos utentes, refere-se ao facto de todos se encontrarem em situação de exclusão ou vulnerabilidade social. Entre a multiplicidade de fatores que contribuem para esta exclusão, verificámos com maior frequência a predominância dos seguintes:

- ❖ Em 65% encontrou-se um percurso de consumos abusivos de substâncias tais como opiáceos, cocaína, cannabis, álcool, entre outras;
- ❖ Em metade dos casos dos utentes, que tiveram alta clínica do Programa de Reabilitação, não existe nenhuma estrutura habitacional de recurso.
- ❖ Em 20 verifica-se a existência de um percurso de vivência nas ruas (sem abrigo).
- ❖ Em 28 situações, pudemos constatar a ausência de uma rede de suporte de apoio familiar e em alguns utentes, concretamente, verificaram-se 25 ocorrências de isolamento social, ou seja, indivíduos sem qualquer laço afetivo de referência, ou com laços muito fragilizados.

- ❖ Em 11 casos verificaram-se percursos, mais ou menos prolongados, em meio prisional e centros reeducativos.
- ❖ Numa parte significativa dos casos, as famílias de origem dos utentes caracterizam-se por situações de grandes carências económicas, de disfunção familiar, violência doméstica, problemas de dependências várias.
- ❖ Em 13 situações, constataram-se simultaneamente, a ausência de recursos pessoais (dificuldades cognitivas, problemas do foro psiquiátrico) ou logísticos, para construir ou consolidar projetos pessoais, familiares ou profissionais.

O acompanhamento prestado às famílias foi eficaz, sempre que as mesmas se revelaram colaborantes quanto às iniciativas propostas: visitas ao utente na Comunidade, terapia familiar, aconselhamento, participação em diversas atividades organizadas pela Instituição.

• Recursos Humanos

O quadro de recursos humanos afetos à valência de Comunidade de Inserção de Fanhões é composto pelos seguintes elementos:

- ❖ 1 Técnica Superior de Serviço Social que desempenha as funções de Diretora Técnica.
- ❖ 1 Psicóloga Clínica que desempenha as funções de Psicóloga.
- ❖ 1 Chefe de Serviços Gerais que desempenha as funções de Coordenador da Comunidade.
- ❖ 4 Ajudantes de Ação Direta que desempenham as funções de Monitores/Conselheiros.
- ❖ 2 Auxiliares de Serviços Gerais que desempenham funções de, respetivamente, coordenação e auxílio na área dos ateliers de formação.
- ❖ 1 Administrativo.
- ❖ 1 Cozinheiro.
- ❖ 1 Lavadeira.

• Parcerias

A principal parceria formal estabelecida, é com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, através de acordo de cooperação, cujos contributos se revelam ao nível de:

- ❖ Comparticipação nos encargos financeiros;
- ❖ Supervisão e apoio nos aspetos técnicos ligados ao funcionamento do equipamento.

Tivemos, igualmente, uma parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional que se concretiza em integração no mercado de trabalho e Cursos de Formação Profissional;

De forma informal existe parceria estabelecida com as comunidades evangélicas locais que integram os nossos utentes no sentido de alicerçar a sua inserção na sociedade.

No que respeita à sua sustentação económica, importa relevar os apoios, de géneros alimentares e outros, efetivados regularmente por parceiros como Modelo-Continente Hipermercados, SA; Pingo-Doce - Distribuição Alimentar SA; do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa: A Tremeçoira, Lda.; Chico das Cebolas, Lda.; Artur Lopes e Filho, Lda.; Masterfruits – Comércio de Frutas Lda.; Vasco Louro – Comércio de Peixe Lda., Pedações de Brasil Comercio de Produtos Lda.; José Manuel Baixinho Vicente; António Fernandes Martins, Lda. Também Portugal Liquido Lda.; Manuel Jesus da Neves, Maré Vazia Unipessoal Lda.; Reino D'Água Lda.; Sabores da Ladeira; Staples; Sugal Alimentos Lda. e de forma pontual outras empresas.

• Atividades

No ano 2016 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- ❖ Acolhimento, alimentação e cuidados de higiene.
- ❖ Rotinas diárias da Comunidade, desempenhadas pelos utentes e equipa de trabalho.
- ❖ Aconselhamento individual, efetuado pelos monitores/ conselheiros;
- ❖ Atividades psicoterapêuticas compostas por atendimentos psicológicos, psiquiátricos e médicos efetuados por técnicos especializados;
- ❖ Formação em sala de aula com os seguintes temas: Pais e Filhos; Gestão Financeira; Gestão de Sentimentos; Construindo um Lar; Atelier de Culinária; Currículo Vitae.
- ❖ Ateliers ocupacionais e profissionalizantes nas áreas de Lavandaria; Offset; Jardinagem.
- ❖ Clube de Emprego: semanalmente os utentes em fase de procura de emprego são apoiados na elaboração do Currículo Vitae e respetivo envio e na procura de trabalho na internet e jornais;
- ❖ Café-convívio: atividade desenvolvida duas vezes por semana, com a participação da equipa de trabalho e utentes;
- ❖ Reuniões semanais de reflexão com a participação de todos;
- ❖ Atividades de Lazer e Desporto (ginásio, futebol, visualização de filmes e jogos de futebol, jogos diversos)
- ❖ Apoio na entrega de IRS

De acordo com os objetivos contemplados no projeto inicialmente apresentado para a Comunidade de Inserção, podemos concluir que, de uma forma geral, foram cumpridas as ações contidas no mesmo. Foram colocadas à disposição de todos os utentes acolhidos, as atividades inicialmente delineadas (formação, encaminhamento, apoio clínico e lazer).

- **Dificuldades sentidas**

No ano de 2016 mantiveram-se as dificuldades sentidas no ano anterior, resultantes da especificidade deste tipo de intervenção e dada a caracterização já efetuada da população alvo abrangida. Assim, é de salientar a ausência de recursos pessoais que encontramos em muitos dos utentes, nomeadamente: dificuldades cognitivas, problemas do foro psiquiátrico, problemas de saúde, baixa escolaridade, baixas qualificações profissionais, isolamento social, situação documental irregular. É ainda de referir a elevada faixa etária que cada vez mais os nossos utentes apresentam. Este fator é muito limitador e restritivo quando se inicia a procura de trabalho. Estes utentes são “muito velhos” para trabalhar, mas ao mesmo tempo, “demasiado novos” para serem encaminhados para outras estruturas de apoio, nomeadamente lares, o que dificulta muito a sua inserção.

Salientamos, igualmente, as dificuldades ao nível logístico que, no desenvolvimento do processo de construção/ consolidação de projetos pessoais, familiares ou profissionais, torna mais moroso e de difícil gestão a inserção de alguns dos nossos utentes.

Às suas dificuldades pessoais podemos acrescentar os obstáculos que se colocam pela situação económica que o país atravessa, o que dificulta em muito, a inserção no mercado de trabalho, que apresenta muito poucas alternativas para este tipo de população.

- **Avaliação Geral e Propostas**

Nesta avaliação, foi possível verificar uma boa adesão, quer às atividades quer aos respetivos conteúdos por parte do nosso grupo-alvo.

Recordamos que a ideia deste projeto de Comunidade de Inserção, surgiu da necessidade de dar maior consolidação ao trabalho feito em Comunidade Terapêutica, procurando assim, ser resposta eficaz neste difícil e crucial processo de inserção social, porquanto a nossa sociedade se tem revelado escassa em respostas de inserção para indivíduos que apresentam um défice ao nível das competências básicas.

Permanecemos firmes em considerar pertinente a existência desta valência uma vez que são visíveis os resultados de um processo de integração na sociedade com apoio técnico especializado.

Aquilo que nos propomos é dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, promovendo as atividades elencadas no Plano de Ação, para 2017.

A equipa de trabalho permanece empenhada e comprometida neste projeto e propõe-se diagnosticar continuamente as diversas necessidades do grupo de utentes da comunidade, no sentido de adequar as atividades às mesmas.

Neste âmbito, foi definido e aprovado, em Assembleia Geral de 22 de Novembro de 2016, o Plano de Ação para o ano 2017 da Comunidade de Inserção de Fanhões, documento anexo ao Plano de Atividades da Instituição (anexo A).

Apartamento de Reinserção

- Utentes



No âmbito da intervenção do Apartamento de Reinserção, foram abrangidos durante o ano de 2016, um total de 8 utentes, sendo que 4 foram admitidos no decorrer do ano. Todos os utentes eram do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 24 e os 50 anos, sendo que a média de idades se situou nos 36 anos.

Relativamente às habilitações literárias destes utentes, é de referir que 6 utentes possuíam escolaridade ao nível do Ensino Básico (entre o 6º e o 8º ano) e 2 utentes possuíam o 10º ano de escolaridade. Dos utentes admitidos, todos revelavam experiência profissional anterior, sendo que, à data da admissão no Apartamento de Reinserção, encontravam-se inseridos no mercado de trabalho, no mínimo há 1 mês.

Este ano, a totalidade das admissões ocorreu por solicitação da Comunidade de Inserção do Desafio Jovem.

Todos os utentes reuniam os requisitos para admissão, neste equipamento, conforme previsto nos respetivos Regulamentos Internos.

Relativamente às saídas verificadas no Apartamento de Reinserção, dos 3 utentes que tiveram alta 2 saíram para apartamento próprio tendo-se completado o seu processo de

autonomização e 1 foi expulso, uma vez que teve uma recaída nos consumos. Cinco residentes transitaram para o ano seguinte.

No que diz respeito à inserção sociocomunitária dos utentes integrados em Apartamento de Inserção, importa referir que todos se encontram profissionalmente integrados e que os mesmos eram motivados a participar em atividades pós-laborais em comunidades locais que alicerçavam a sua integração social.

Primeiramente e, com relação à caracterização sociofamiliar destes utentes, gostaríamos de destacar o facto de todos se encontrarem em situação de vulnerabilidade social. Entre a multiplicidade de fatores que contribuem para esta vulnerabilidade, verificámos com maior frequência a predominância dos seguintes:

- ❖ Em todos encontramos um percurso de consumos abusivos de substâncias (Opiáceos, cocaína; cannabis, álcool, entre outras).
- ❖ Em 3 das situações pudemos constatar a ausência de uma rede de apoio familiar ou a escassez de referências afetivas e de suporte.
- ❖ Em 3 casos os utentes, após a alta clínica do Programa de Reabilitação, não possuíam nenhuma estrutura habitacional de recurso, sendo que 3 tiveram um percurso de vivência nas ruas (sem abrigo).
- ❖ Em 2 dos casos, as famílias de origem dos utentes, caracterizavam-se por situações de disfunção familiar, violência doméstica, problemas de dependências várias.

• Recursos Humanos

O quadro de recursos humanos afetos à valência de Apartamento de Inserção é composto pelos seguintes elementos:

- ❖ 1 Técnica Superior de Serviço Social que desempenha funções de Responsável pelo Apartamento
- ❖ 1 Psicólogo
- ❖ 1 Técnico de Reinserção Social que desempenha as funções de Monitor/ Conselheiro
- ❖ 1 Contabilista.
- ❖ 1 Administrativo.
- ❖ 1 Psiquiatra (Em regime de voluntariado)
- ❖ 1 Clínico Geral. (Em regime de voluntariado)

• Parcerias

A principal parceria estabelecida de forma formal (acordo de cooperação) é com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, cujos contributos se revelam ao nível de:

- ❖ Comparticipação nos encargos financeiros;
- ❖ Supervisão e apoio nos aspetos técnicos ligados ao funcionamento do equipamento.

De forma informal existe parceria estabelecida com entidades da comunidade local que integram os nossos utentes no sentido de alicerçar a sua inserção.

• Atividades

No ano 2016 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- ❖ Alojamento, alimentação e cuidados de higiene.
- ❖ Rotinas diárias do Apartamento, desempenhadas pelos utentes. Cada um foi responsável pela limpeza do seu quarto, espaços comuns e lavagem da roupa. Cada mês, de forma rotativa, cada utente foi responsável por supervisionar a correta manutenção do apartamento de reinserção.
- ❖ Atividades de avaliação: reunião semanal de grupo, de carácter obrigatório, com a presença de todos os utentes e o técnico de inserção.
- ❖ Atividades laborais: cumprimento estrito do normal horário de trabalho, afeto à sua atividade profissional.
- ❖ Atividades sociais: no projeto de vida de cada utente são definidas as atividades sociais que devem preencher, bem como os seus tempos livres, tornando-se estas, desta forma, de carácter obrigatório. Os utentes são igualmente motivados a participar na reunião comunitária semanal, que acontece em horário pós-laboral, na Comunidade de Inserção.

De acordo com os objetivos inicialmente delineados pudemos concluir que de uma forma geral os mesmos foram alcançados, uma vez que todas as atividades previstas se efetivaram.

• Dificuldades sentidas

Convém referir que os constrangimentos sentidos no âmbito desta resposta social estão ligados à dificuldade dos utentes de consubstanciarem a sua autonomização económica, dada a difícil conjuntura que o país atravessa e à precariedade de empregos.

• Avaliação Geral e Propostas

Nesta avaliação, podemos assinalar que, no decorrer do ano, se registou um normal funcionamento na generalidade das atividades em que os utentes participaram, e de forma ativa na prossecução dos objetivos estabelecidos.

Recordamos ainda que, este projeto pretende ser uma ponte entre a Comunidade de origem (Terapêutica ou de Inserção) e a completa autonomia do utente, surgindo como resposta eficaz neste difícil e crucial processo de inserção social. Daí consideramos pertinente e imprescindível a existência desta valência, uma vez que são visíveis os resultados positivos no processo de integração na sociedade.

Aquilo a que nos propomos, desde já, é dar continuidade ao trabalho iniciado neste ano desenvolvendo as atividades elencadas no Plano de Ação para esta valência.

Neste âmbito, foi definido e aprovado, em Assembleia Geral de 22 de Novembro de 2016, o Plano de Ação para o ano 2017 do Apartamento de Reinserção Social de Santo António dos Cavaleiros, documento anexo ao Plano de Atividades da Instituição (anexo B)

Outras Atividades e Eventos

Durante o ano a que se reporta este relatório, o Desafio Jovem desenvolveu outras atividades, que aqui elencamos:

- Retiro Anual de Cooperadores, que se realizou na Comunidade de Inserção, em Fanhões, no mês de Março, sendo o orador Sidson Novais, Pastor da Missão Cristã Internacional. Participam, neste evento, todos aqueles que cooperam no Desafio Jovem, bem como todos os que colaboram nos cafés convívio e pontos de contactos espalhados por todo o país.
- Efetuaram-se as Assembleias Gerais Ordinárias nos meses de Março e Novembro conforme previsto.
- Durante o mês de Maio decorreu a habitual atividade geral das cooperadoras de Desafio Jovem, na Comunidade Terapêutica de Salvaterra de Magos, atividade que visa promover a proximidade e convívio, mas também ser um espaço de desafio e inspiração para todas as mulheres que trabalham na Instituição.
- No exercício das suas responsabilidades, o Presidente da Direção, durante o ano de 2016, esteve envolvido nalgumas atividades relevantes das quais destacamos.
 - Conferência do Europe Teen Challenge, que se realizou em Praga (República Checa), no mês de Abril, na qual participaram representantes de todos os Desafio Jovem com sede em países da Europa;
 - Reunião do European Teen Challenge Committee;
 - Pompidou Group Executive Training on Drug policy;
 - Conferência RARHA – Reducing Alcohol Related Harm;
 - Visita de uma Organização Não Governamental Turca “Crescente Verde” à sede em Fanhões;
 - Visita de uma delegação do Desafio Jovem do Brasil;
 - Visita a diversas Equipas de Tratamento da rede pública de referênciação;
 - Encontro de Saúde Mental, promovido pela C. M. de Oliveira de Azeméis.
- O Desafio Jovem, na qualidade de presidente da direção da FETO (Federação Portuguesa das Instituições Privadas Atuantes nas Toxicodependências) esteve presente nos seguintes eventos:

- Reunião do Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool;
 - Reunião do Fórum Nacional Álcool e Saúde;
 - Receção no Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência EDT, na comemoração do Dia Internacional contra o Abuso e tráfico ilícito de Drogas.
- O Desafio Jovem, através dos seus técnicos, assistiu e/ou participou em diversos encontros, congressos e workshops, desenvolvidos quer por organizações públicas e privadas quer pela tutela.
- Procurando envolver e promover a participação das famílias dos seus residentes, bem como ex-residentes, entidades locais, igrejas locais, etc., em Junho o Desafio Jovem efetuou o seu Piquenique anual, que decorreu nas instalações da Comunidade de Inserção, em Fanhões.
- Entre os dias 28 e 30 de Julho decorreu a XXXVIIIª Conferência Nacional do Desafio Jovem, nas instalações do Monte Esperança em Fanhões.

Os oradores, das Celebrações das noites foram Jay Fallon, Diretor do Desafio Jovem do Reino Unido e Francisco Chaves, Diretor do Desafio Jovem Portugal, das Celebrações da manhã foram os Pastores Tiago Cavaco e Nuno Ornelas e dos Seminários da Tarde os Pastores Pedro Canito que falou para os alunos do programa e Miguel Jerónimo que falou para os restantes conferencistas.

Integrada no programa da conferência, realizou-se a cerimónia de Graduação, assinalada com a entrega de um diploma, a todos os residentes que terminaram com sucesso o programa de reabilitação do Desafio Jovem durante o ano de 2015.


Paralelamente, decorreu um programa vocacionado para crianças dos 6 aos 12 anos, sob o tema "Se eu falhar é Game Over?"

- Manteve-se a atividade de promoção e divulgação da Instituição, através das suas páginas na net e no facebook. Nesta última, semanalmente, são postadas rubricas que visam dar a conhecer algumas das atividades desenvolvidas pela instituição, proporcionar momentos de inspiração, promover campanhas de angariação de fundos bem como, o envolvimento do maior número de amigos e seguidores da instituição.
- Deu-se início ao processo de renovação da base de dados tendo em vista a sua adequação às novas necessidades quer tecnológicas, quer funcionais.
- Iniciou-se processo de atualização do corpo de associados.



- Foram estabelecidas algumas medidas, tendo em vista a angariação, envolvimento e fidelização de novos sócios.

Aprovado pela Direção Administrativa a 24 de Março de 2017.

O Presidente,


O Secretário,


Aprovado pela Assembleia Geral a 25 de Março de 2017.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, /AUC





nas pessoas uma causa

Demonstrações Financeiras

2016

Balço Individual

ACTIVO	NOTAS	'16	'15
NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6/7	1.703.339,44	1.714.648,87
Activos intangíveis	6	64,30	146,32
Activos Biológicos	6	405,00	-
Investimentos financeiros	17.1	774,33	548,83
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/mei	17.4	146.479,00	146.479,00
		1.851.062,07	1.861.823,02
CORRENTE:			
Inventários	9	9.181,67	10.716,38
Cientes	17.3	9.621,98	5.735,33
Estado e outros Entes Públicos	17.10	1.497,94	935,02
Outras contas a receber	17.4	45.822,74	32.404,52
Diferimentos	17.5	4.810,60	4.892,57
Caixa e depósitos bancários	17.7	66.452,90	66.018,43
		137.387,83	120.702,25
TOTAL DO ACTIVO		1.988.449,90	1.982.525,27
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	17.8	560.000,00	560.000,00
Reservas	17.8	1.385.836,97	1.385.836,97
Resultados transitados	17.8	(305.756,69)	(415.215,34)
Ajustamentos em activos financeiros	17.8	(7.387,23)	(4.008,76)
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	190.154,85	196.999,44
Resultado Líquido do período		22.376,46	109.458,65
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		1.845.224,36	1.833.070,96
PASSIVO			
NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17.12	30.683,16	30.451,62
		30.683,16	30.451,62
CORRENTE:			
Fornecedores	17.9	25.364,30	14.732,72
Estado e outros Entes Públicos	17.10	7.407,22	9.257,48
Financiamentos obtidos	17.12	12.589,20	12.833,03
Diferimentos	17.5	6.459,15	-
Outras contas a pagar	17.11	60.722,51	70.244,42
Outros passivos financeiros		-	11.935,04
		112.542,38	119.002,69
TOTAL DO PASSIVO		143.225,54	149.454,31
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		1.988.449,90	1.982.525,27

Unidade Monetária: Euros

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	'16	'15
Vendas e serviços prestados	10	105.587,35	109.352,87
Subsídios, doações e legados à exploração	12/17.13	706.560,65	744.325,53
Trabalhos para a própria entidade		1.824,74	4.436,21
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(200.703,66)	(198.714,87)
Fornecimentos e serviços externos	17.14	(267.114,57)	(267.881,19)
Gastos com o pessoal	15	(277.698,65)	(333.649,85)
Outros rendimentos e ganhos	17.16	11.189,96	125.327,77
Outros gastos e perdas	17.16	(14.755,16)	(13.313,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		64.889,66	169.883,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(40.565,31)	(56.131,96)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.324,35	113.751,20
Juros e rendimentos similares obtidos		-	0,48
Juros e gastos similares suportados	7/8/17.17	(1.947,89)	(4.293,03)
Resultado antes do imposto		22.376,46	109.458,65
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		22.376,46	109.458,65

Unidade Monetária: Euros

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais emitidos aos investidores de entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Translatados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras alterações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários		
1	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 ALTERAÇÃO NO PERÍODO Princípio adoptado de novo-referencial contabilístico Diferença de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização de ações firm tangíveis e intangíveis Excedentes de realização do excedente de revalorização de ações firm tangíveis e intangíveis Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	560.000,00	-	1.385.886,97	(345.148,13)	-	-	203.844,03	(70.000,15)	1.274.485,66	-	1.274.485,66	
		-	-	-	(70.000,15)	(4.000,70)	-	(6.844,50)	70.000,15	(10.845,15)	-	(10.845,15)	
		-	-	-	(70.000,15)	(4.000,70)	-	(6.844,50)	70.000,15	(10.845,15)	-	(10.845,15)	
		-	-	-	(70.000,15)	(4.000,70)	-	(6.844,50)	70.000,15	(10.845,15)	-	(10.845,15)	
6	POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015	550.000,00	-	1.335.886,97	(415.215,34)	-	396.999,44	309.454,67	1.833.070,96	-	1.833.070,96		
		-	-	-	(415.215,34)	(4.000,70)	-	396.999,44	309.454,67	1.833.070,96	-	1.833.070,96	
6	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 Alterações no período Princípio adoptado de novo-referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferença de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização de ações firm tangíveis e intangíveis Excedentes de realização do excedente de revalorização de ações firm tangíveis e intangíveis Ajustamentos por impactos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	560.000,00	-	1.385.886,97	(415.215,34)	-	-	306.979,44	309.454,65	1.431.070,96	-	1.431.070,96	
		-	-	-	(415.215,34)	(4.000,70)	-	(6.844,50)	309.454,65	130.221,00	-	130.221,00	
		-	-	-	(415.215,34)	(4.000,70)	-	(6.844,50)	309.454,65	130.221,00	-	130.221,00	
		-	-	-	(415.215,34)	(4.000,70)	-	(6.844,50)	309.454,65	130.221,00	-	130.221,00	
7	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RECURSOS COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO Operações com instituições no período Jornadas, doações e legados Outras operações	-	(7.382,23)	(107.285,23)	309.454,65	311.228,99	-	-	309.454,65	311.228,99	-	309.454,65	
		-	(7.382,23)	(107.285,23)	309.454,65	311.228,99	-	-	309.454,65	311.228,99	-	309.454,65	
8	POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	-	(7.382,23)	1.278.601,74	(830.430,68)	-	190.154,95	23.374,46	1.803.070,96	-	1.803.070,96		
		-	(7.382,23)	1.278.601,74	(830.430,68)	-	190.154,95	23.374,46	1.803.070,96	-	1.803.070,96		

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

FLUXOS DE CAIXA	NOTAS (±)	'16	'15
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	10 e 17.3 (+)	101 976,72	110 442,17
Pagamentos de subsídios	(-)		
Pagamentos de apoios	(-)		
Pagamentos de bolsas	(-)		
Pagamento a fornecedores	9/17.9/17.14 (-)	440 977,97	488 247,36
Pagamentos ao pessoal	15 (-)	277 698,65	333 649,85
Caixa gerada pelas operações	(+/-)	(616 699,90)	(711 455,04)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(+/-)		
Outros recebimentos/pagamentos	12 e 17.13 (+/-)	661 736,50	733 818,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	(1) (+/-)	45 036,60	22 363,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5 e 6 (-)	13 241,89	1 094,58
Activos intangíveis	5 e 6 (-)		
Investimentos financeiros	5 e 6 (-)	225,50	267,60
Outros activos	(-)	7 016,66	33 535,04
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	5/6/17.16 (+)		118 214,28
Activos intangíveis	(+)		
Investimentos financeiros	(+)		
Outros activos	(+)		
Subsídios ao investimento	(+)		
Juros e rendimentos similares	17.17 (+)		0,48
Dividendos	(+)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2) (+/-)	(20 433,85)	83 317,54
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	17.12 (+)	12 589,20	42 386,66
Realizações de fundos	(+)		
Cobertura de prejuízos	(+)		
Doações	(+)		
Outras operações de financiamento	(+)		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7 e 17.12 (-)	24 536,53	81 114,87
Juros e gastos similares	8 e 17.17 (-)	1 947,89	4 293,03
Dividendos	(-)		
Reduções do fundo	(-)		
Outras operações de financiamento	17.2 (-)	10 223,06	10 853,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3)	(24 119,28)	(53 874,59)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	434,47	51 805,95
Efeito das diferenças de câmbio	(+/-)		
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.7 (+/-)	66 018,43	14 212,48
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	17.7 (+/-)	66 452,90	66 018,43

Fanhões, 3 de Março de 2017.

Contabilidade

O Contabilista Certificado
Franço José Antunes

Direção

Visto e aprovado em reunião de Direção em 24 de Março de 2017

O Presidente da Direção,



O Secretário da Direção,





nas pessoas uma causa

Anexo

2016

1. Identificação da Entidade

Implantado em Portugal há mais de 35 anos, numa quinta adquirida para o efeito em Fanhões – Loures em 1978, constitui-se legalmente em 1981. O Desafio Jovem é uma Associação de Solidariedade Social, fundada pelas Assembleias de Deus de Portugal, registada definitivamente como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sob o n.º 14/90 é também reconhecida como Instituição com fins de saúde. Tutelada pelo Ministério da Saúde, através do SICAD – Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências. É ainda, reconhecida oficialmente pelos Ministérios do Trabalho, da Solidariedade Social e da Justiça. Tem sede na Rua Catarina Eufémia, 43 - Fanhões – Loures.

Os seus objetivos visam a prevenção, reabilitação e inserção de pessoas em situação de dependência.

Para o efeito, possui um conjunto de respostas integradas, nomeadamente, intervenção direta em contexto de rua (no âmbito da RRMD e não só), uma rede de postos de atendimento e de 1.º contacto, prevenção em meio escolar e contextos de vulnerabilidade social, uma comunidade terapêutica para pessoas do sexo masculino e uma para pessoas de ambos os sexos, uma comunidade de inserção e ainda apartamentos de reinserção social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, que determina as bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras e integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL, disposições que respeitou e aplicou também em 2016 conforme a legislação que, entretanto entrou em vigor,

- Decreto-Lei 158/2009 (republicado) e 98/2015 de 2 Junho;
- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015; e
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258/2015 de 29 de Julho.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

No caso dos bens atribuídos a título gratuito em que o custo seja desconhecido, os bens são registados pelo justo valor (valor considerado pelas seguradoras ou figurado na contabilidade de origem).

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que incorreram, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades adicionais presentes e futuras.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estiverem em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta e segundo o regime de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Varição de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras aumentam o valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao justo valor, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável

que permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta, regime de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros são registados pelo custo de aquisição. O seu ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período, aquando do recebimento da sua realização, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5. Inventários

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontram com saldo no final do período e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras Contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras Contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

À data de relato devem ser avaliados todos os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui disponibilidades de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras Contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Provisões

Não aplicável.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor.

Assim, para as Entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% (em 2016) sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma (que incide sobre determinados encargos de sujeitos passivos de IRC, tais como encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos e motocicletas, ajudas de custo, entre outras) sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o constante nos quadros I e II seguintes:

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações provenientes da conferência dos mapas de aplicação informática específica, foram desenvolvidas de acordo com o constante nos quadros I e II seguintes e nota 17.8 deste anexo:

Activo não Corrente**(quadro I)**

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Activos Fixos Tangíveis				
Terrenos e Recursos Naturais	316.047,13			316.047,13
Edifícios e Outras Construções	1.613.287,53	3.936,00		1.617.223,53
Equipamento Básico	656.921,20	7.062,46		663.983,66
Equipamento Transporte	403.177,91	10.608,50	8.915,51	404.870,90
Equipamento Administrativo	5.360,78	550,24		5.911,02
Activos Biológicos		405,00		405,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	331.681,91			331.681,91
Investimentos em Curso	37.709,32	7.016,66		44.725,98
	3.364.185,78	29.578,86	8.915,51	3.384.849,13
Activos Fixos Intangíveis				
Propriedade Industrial	3.425,60			3.425,60
	3.425,60			3.425,60
Investimentos Financeiros				
Outros Investimentos Financeiros	548,83	225,50		774,33
	548,83	225,50		774,33
	3.368.160,21	29.804,36	8.915,51	3.389.049,06

Depreciações e Provisões**(quadro II)**

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Activos Fixos Tangíveis				
Terrenos e Recursos Naturais				
Edifícios e Outras Construções	492.788,05	23.828,86		516.616,91
Equipamento Básico	443.314,43	8.202,57		451.517,00
Equipamento de Transporte	403.177,91	2.214,28	8.915,51	396.476,68
Equipamento Administrativo	4.509,88	455,82		4.965,70
Outros Activos Fixos Tangíveis	305.746,64	5.781,76		311.528,40
Adiantamentos p/ Conta Imobilizações				
	1.649.536,91	40.483,29	8.915,51	1.681.104,69
Activos Fixos Intangíveis				
Propriedade Industrial	3.279,28	82,02		3.361,30
	3.279,28	82,02		3.361,30
Investimentos Financeiros				
Outros Investimentos Financeiros				
	1.652.816,19	40.565,31	8.915,51	1.684.465,99

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

	'16			'15		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	36.349,87	(27.262,38)	9.087,49	36.349,87	(22.718,85)	13.631,22
	36.349,87	(27.262,38)	9.087,49	36.349,87	(22.718,85)	13.631,22

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

	'16			'15		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	'16	'15
Empréstimos bancários	1.944,24	4.114,47
Juros leasing	-	167,36
Outros	3,65	11,20
	1.947,89	4.293,03

9. Inventários

No final dos períodos de 2015 e 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	Inventário em 01-01-2015	Compras	Acertos	Inventário em 31-12-2015	Compras	Acertos	Inventário em 31-12-2016
Mercadorias	17.589,47	-	-	-	3.372,13	(40,64)	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	191.841,78	-	10.716,38	136.242,46	(405,00)	9.181,67
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
	17.589,47	191.841,78	-	10.716,38	139.614,59	(445,64)	9.181,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				198.714,87			200.703,66
Variações nos inventários da produção				-			-

10. Réditos

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	'16	'15
Vendas	43.209,30	41.921,68
Prestação de Serviços	62.379,05	67.431,19
- Quotas dos utilizadores	49.039,77	53.074,00
Recuperação	37.192,67	40.475,00
(convencionadas)	31.309,34	28.175,00
(não convencionadas)	5.883,33	12.300,00
Casas Sãria	5.804,40	6.375,00
Inserção	6.042,70	6.224,00
- Quotas e Jóias	12.305,00	12.635,00
- Promoções para captação de recursos	1.034,28	1.722,19
	105.587,35	109.352,87

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Não aplicável.

Passivos contingentes

Não aplicável.

Ativos contingentes

Não aplicável.

12. Subsídios e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

	'16	'15
ARS / SICAD	193.440,31	230.746,80
IEFP	5.612,81	20.603,62
IGFSS (Segurança Social)	162.055,37	161.972,70
Consignação 0,5% IRS	8.949,66	7.807,27
Outros	4.000,00	4.000,00
	374.058,15	425.130,39

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não foi contabilizado o imposto corrente pelas seguintes razões:

- Não se verificou a existência de tributações autónomas a liquidar;
- Assim também como se prevê que os custos comuns absorvam por completo qualquer possível tributação.

15. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, no período de 2016 foi de 11.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferiram qualquer remuneração, pelo desempenho das suas funções.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 era 24.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	'16	'15
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	214.576,34	259.468,98
Benefícios Pós-Emprego	1.500,00	1.500,00
Indemnizações	7.590,00	10.000,00
Encargos sobre as Remunerações	46.500,15	54.460,70
Seguro sde Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.895,93	2.159,28
Outros Gastos com o Pessoal	5.636,23	6.060,89
	277.698,65	333.649,85

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016, a Entidade não detinha “Investimentos Financeiros”. O valor de 774,33€ na rubrica Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), deve-se à adoção do preceituado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) para a contabilização dos referidos Fundos.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime que venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não aplicável.

Os saldos expressos no quadro abaixo, que dizem respeito a projetos financiados pelas entidades “CI - Fanhões (Joker)” e “CS - Evangelische Omroep”, estão contabilizados das respetivas contas de ativos, estão também espelhados nos Fundos Patrimoniais “Outras variações nos fundos patrimoniais” e devidamente divulgados na nota 17.8 deste anexo.

	'16	'15
CREP - Fanhões Joker/SPTT	162.194,85	168.340,44
Evangelische Omroep - Obras Salvaterra	27.960,00	28.659,00
	190.154,85	196.999,44

17.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2016 a rubrica “Clientes e Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	'16	'15
Clientes	9.621,98	5.735,33
Utentes	-	-
	9.621,98	5.735,33

Nos períodos de acima referidos não foram registadas quaisquer “Perdas por Imparidade”.

17.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a seguinte decomposição:

	'16	'15
Corrente	45.822,74	32.404,52
Adiantamentos a pessoal	2.050,00	-
IEFP	-	-
ARS	26.952,00	16.301,40
Fornecedores	571,37	15.650,34
Outros devedores	16.249,37	452,78
Não corrente	146.479,00	146.479,00
CNME Ambientes, Lda	128.500,00	128.500,00
Cláudio Nuno Mariz	17.979,00	17.979,00
Outros devedores	-	-
	192.301,74	178.883,52

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

	'16	'15
Gastos a reconhecer	4.810,60	4.892,57
Rendas	1.220,04	960,38
Seguros	3.590,56	3.932,19
Rendimentos a reconhecer	6.459,15	-
IEFP (Vida Emprego)	6.459,15	-
	11.269,75	4.892,57

17.6. Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

Handwritten signature and initials in the top right corner.

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2015 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

	'16	'15
Caixa	11.899,56	17.201,34
Depósitos à ordem	54.553,34	48.817,09
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
	66.452,90	66.018,43

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	560.000,00	-	-	560.000,00
Excedentes técnicos	(4.008,76)	-	(3.378,47)	(7.387,23)
Reservas	1.278.516,74	-	-	1.278.516,74
Reservas Legais	107.220,23	-	-	107.220,23
Resultados transitados	(415.215,34)	109.458,65	-	(305.756,69)
Resultado líquido do período	-	22.376,46	-	22.376,46
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	196.999,44	-	(6.844,59)	190.154,85
	1.723.612,31	131.835,11	(10.223,06)	1.845.224,36

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

	'16	'15
Fornecedores c/c	25.364,30	14.732,72
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
	25.364,30	14.732,72

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

	'16	'15
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.497,94	935,02
Outros impostos e Taxas	-	-
	1.497,94	935,02
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.472,47	2.201,80
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	447,40	358,77
Segurança Social	5.403,00	6.646,19
Outros impostos e Taxas	84,35	50,72
	7.407,22	9.257,48

17.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

	'16		'15	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	11.650,00	-	17.500,00
Remunerações a pagar	-	11.650,00	-	17.500,00
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	40.025,74	-	48.198,94
Outros credores	-	9.046,77	-	4.545,48
	-	60.722,51	-	70.244,42

17
 01-
 100

17.12. Outros Passivos Financeiros

A Entidade, no final dos períodos de 2015 e 2016, detinha as seguintes responsabilidades para com instituições de crédito e outras entidades:

	'16	'15
MillenniumBCP - Conta Dinâmica - 452826266	-	-
MillenniumBCP - Factoring - Contrato nº 41067	-	-
MillenniumBCP - Contrato nº 257599031 (corrente)	12.589,20	11.935,04
MillenniumBCP - Contrato nº 257599031 (n/corrente)	17.850,13	30.451,62
Locações Financeiras	-	-
Outros Empréstimos (n/corrente)	12.833,03	-
	43.272,36	42.386,66

17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

	'16	'15
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	332.502,50	319.195,14
Heranças	-	-
Legados	-	-
	332.502,50	319.195,14

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016 foi a seguinte:

	'16	'15
Subcontratos	131,06	617,12
Serviços especializados	66.155,53	72.513,69
Materiais	19.092,10	14.458,52
Energia e fluidos	121.772,40	119.338,89
Deslocações, estadas e transportes	12.668,84	11.549,90
Rendas e alugueres	18.083,33	17.182,16
Comunicação	9.679,70	14.859,87
Seguros	12.425,75	12.620,48
Limpeza, higiene e conforto	5.554,47	4.512,23
Serviços diversos	1.551,39	228,33
	267.114,57	267.881,19

17.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se demonstrada no Quadro III seguinte

17.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se demonstrada em quadro no Quadro III seguinte:

	'16	'15
Impostos e taxas	10.373,10	9.431,02
Correções de períodos anteriores	3.116,82	288,29
Outros	1.265,24	3.594,00
Gastos	14.755,16	13.313,31
Correções de períodos anteriores	835,24	4.158,60
Alienações	2.250,00	110.000,00
Rendas	1.200,00	2.550,00
Outros	6.903,72	8.619,17
Rendimentos	11.188,96	125.327,77
Resultado	(3.566,20)	112.014,46

Handwritten signature and initials in the top right corner.

17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	'16	'15
Juros suportados	1.947,89	4.293,03
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Gastos	1.947,89	4.293,03
Juros obtidos		0,48
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Rendimentos	0,00	0,48
Resultados Financeiros	(1.947,89)	(4.292,55)

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016. Assim, após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 29 de Março de 2016.

Fanhões, 3 de Março de 2017.

Contabilidade

O Contabilista Certificado
Franco José Luís Almeida
NIF. 169200337 - C.C. 81799

Direção

Visto e aprovado em reunião de Direção em 24 de Março de 2017


O Presidente da Direção,


O Secretário da Direção,

f



nas pessoas uma causa

Parecer do Conselho Fiscal

2016

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das normas legais e estatutárias, reuniu o Conselho Fiscal da Associação Desafio Jovem (Teen Challenge) Portugal, nos escritórios administrativos da sua sede, sitos na Rua Catarina Eufémia, 43, FANHÕES - LOURES, a fim de examinar e emitir parecer sobre o relatório de actividades e as contas respeitantes ao período de 2016,

Examinámos as demonstrações financeiras da Associação, disponibilizadas pelos serviços técnicos contratados pela Direcção, as quais, de acordo com o disposto nos normativos legais, compreenderam o balanço individual em 31 de Dezembro de 2016, a demonstração individual dos resultados por natureza, a demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e anexo.

Examinámos, com a regularidade considerada apropriada, os registos da contabilidade, os documentos contabilísticos e inteiramo-nos dos actos administrativos da Associação. Para tanto o referido acompanhamento incluiu:

- A análise detalhada dos balancetes;
- A apreciação geral sobre se são adequadas as demonstrações financeiras.

Além dos documentos de prestação de contas referidos, recebemos dos serviços da Associação as informações e os esclarecimentos solicitados.

Posteriormente, procedemos também à leitura e análise do relatório de actividades elaborado pela Direcção.

Assim, entendemos que as verificações efectuadas são suficientes para a expressão do nosso parecer:

- Em nossa opinião as demonstrações financeiras evidenciam de forma satisfatória, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira e o desempenho económico da Associação Desafio Jovem (Teen Challenge) Portugal.

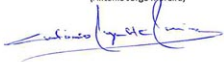
Assim propomos,

- Que aprovele o Relatório e Contas referentes ao Período de 2016;
- E que o Resultado do Período transite na conta de Resultados Transitados.

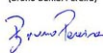
Fanhões, 15 de Março de 2017

O Conselho Fiscal

Presidente
(António Jorge Moreira)



1.º Vogal
(Bruno Daniel Pereira)



2.º Vogal
(Paulo Moleiro Nunes)

